

Críticas à privatização

FLAVIA SEKLES

Correspondente

NOVA YORK — A demora na regulamentação do processo de privatização das indústrias de petróleo, energia e telecomunicações, essa última num processo mais avançado que as outras, está prejudicando as chances de o Brasil atrair investimentos estrangeiros vitais para sua modernização. As necessidades de investimento privado desses setores não são pequenas: US\$ 6 bilhões ao ano na exploração do petróleo, US\$ 35 bilhões na modernização das telecomunicações até 2005, e US\$ 6,5 bilhões ao ano no setor energético para evitar o racionamento a partir de 1997 e 1998.

A distância entre o ideal de um mercado desestatizado e competitivo, operando sob a tutela de órgãos reguladores independentes, e a realidade do processo legislativo no Brasil hoje ficou clara para um grupo de investidores americanos de empresas como a AT&T e Exxon, reunidos pela Câmara de Comércio Americana para ouvir a opinião de três deputados envolvidos com a reforma de cada um desses setores. O quadro apresentado não foi dos mais animadores.

O projeto de privatização do petróleo preparado pelo governo e circulando informalmente foi duramente criticado pelo deputado Roberto Lima Netto (PFL-RJ). "O projeto atual precisa de mudanças fundamentais", disse ele, afirmando que o governo de Fernando Henrique Cardoso se mostra relutante no envio de novas propostas ao congresso antes de conseguir a aprovação da reforma da previdência.

A abertura do mercado ao capital estrangeiro é importante

porque, dos US\$ 6 bilhões que o Brasil precisa anualmente para explorar o petróleo, a Petrobrás só pode investir US\$ 2 bilhões.

O deputado Arolde de Oliveira (PFL-RJ) apresentou a visão da indústria de telecomunicações do Brasil. Ele espera que a abertura seja aprovada nos próximos meses tanto para a área celular (Banda B) quanto para serviços privados limitados (comunicação por satélite entre empresas que representa hoje 47% da receita da Embratel). Firmas como a AT&T demonstraram frustração com a falta de perspectiva futura apresentada pela "lei mínima", já aprovada para o setor.

Oliveira disse que o governo pretende manter um papel forte na área de telecomunicações, que considera uma área estratégica - a nova matéria prima de todas as economias. Os investidores se mostraram preocupados com a lentidão da mudança do sistema de tarifas, e Oliveira respondeu que em novembro desse ano o governo pretende impor uma nova reforma nas tarifas - aumentando os preços da assinatura básica e reduzindo preços de telefonemas internacionais em até 20%.

O desempenho do governo na liberalização do setor energético foi bastante criticado pelo deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), segundo quem os interesses políticos de Sérgio Motta levaram à perda, nos últimos dois anos, de valiosas oportunidades de investimento. Falando aos investidores, Aleluia pediu que protestassem: "Os senhores não podem aparentar que gostam do que não gostam. O projeto atual é muito menos do que se espera."